



**NECROPOLÍTICA, DROGAS e AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA
CRACOLÂNDIA**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i60.15442



Ygor Delgado Alves

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Brasil

Pedro Paulo Gomes Pereira

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Brasil



Resumo:

Procuramos investigar como ações de pouco ou nenhum êxito puderam se prolongar por quase duas décadas, sem que correções significativas de rumo fossem adotadas. Isto pôde ser melhor interpretado pela compreensão do exercício do necropoder, como desenhado por Achille Mbembe, sobre estas pessoas. Para tanto, nos valem de artigos publicados na mídia e de trabalhos acadêmicos. Ao utilizarmos o conceito de necropolítica, cremos ter podido lançar um olhar diferenciado sobre as sucessivas ações do poder público sobre a Cracolândia, além de buscarmos propor uma diferenciação clara entre o De Braços Abertos e as demais políticas públicas. Marcadas pela busca da eliminação das pessoas tidas como zumbis: mortos vivos perigosos, considerados veículos disseminadores de uma falsa epidemia do crack. Seja pela expulsão, pela morte ou confinamento em comunidades terapêuticas.

Palavras-chave: Necropolítica, Cracolândia, De Braços Abertos, Redenção.

Introdução.

Objeto de intervenções sucessivas das três esferas de governo relacionadas com as pessoas que fazem uso do crack nas imediações da região conhecida como Boca do Lixo, centro da cidade de São Paulo, a Cracolândia tem se mostrado resiliente às tentativas reiteradas de expulsão. Estas ações, que muitas vezes primaram pela violência e falta de planejamento, têm obtido efeitos em deslocar a cena de uso e em conformá-la, cada vez mais tão-somente, em local dedicado à convivência entre consumidores de álcool e crack. Procuramos investigar como ações de pouco ou nenhum êxito puderam se prolongar por quase duas décadas, sem que correções significativas de rumo fossem adotadas. Políticas que puderam ser mais bem interpretadas pela compreensão do exercício do necropoder, o poder sobre a morte, como desenhado por Achille Mbembe (2012, p. 146), que vitimou, por longo tempo, os frequentadores daquele território.

Para traçarmos o panorama desejado, valemo-nos de trabalhos acadêmicos, literários e jornalísticos publicados sobre o período. Assim, acreditamos ter podido delinear um histórico das ações do poder público na Cracolândia e cotejá-las com a produção acadêmica dedicada ao assunto, com vista a sua análise, de forma inédita, a partir das ideias de Achille Mbembe (2012) sobre necropoder e necropolítica. O período objeto deste artigo, de meados dos anos 1990 até 2016, marca o ciclo de políticas públicas antecessoras do programa De Braços Abertos (doravante DBA), assim como o curto tempo em que esta iniciativa da prefeitura vigorou. Este período revela-se frutífero por permitir visualizar como políticas públicas, pretensamente levadas à frente em benefício de crianças e, posteriormente, de usuários de drogas, podem estar ligadas a necessidades políticas momentâneas e interesses econômicos, inversamente, duradouros. Portanto, os contínuos fracassos não resultaram em mudanças procedimentais significativas, que viriam apenas com o DBA, dado que os objetivos das ações eram alcançados na repercussão midiática momentânea, não poucas vezes relacionadas às disputas eleitorais.

A produção da morte em larga escala é, em Achille Mbembe (2012), o centro do que denomina como necropolítica: uma das características de um mundo em crise sistêmica. O autor camaronês, historiador e cientista social, busca atualizar a crítica foucaultiana no sentido de a tornar uma ferramenta de análise para fenômenos da periferia do capitalismo. Segundo sua elaboração, na periferia do capitalismo, a biopolítica, que nas formulações de Foucault seria dedicada à produção e manutenção da vida, cede lugar à produção da morte – a necropolítica.

Nessa nova realidade, o exercício do poder deixa de estar voltado à produção de sujeitos adequados ao trabalho sob condições capitalistas. Tal processo faz com que a produção da vida passe a não ser mais fundamental para a manutenção da ordem social. Populações humanas matáveis, sem valor e com uma vida indigna de ser vivida, passam a ser objeto de uma “tanatopolítica” (AGANBEM, 2010, p. 128) e, desta maneira, deixados expostos à morte. O Estado de exceção se torna regra e as pessoas, que não são mais requisitadas como força de trabalho devido ao aumento da maquinaria, são jogadas no trabalho informal e precário, objetos de uma política que se converte em trabalho de morte. Formam-se massas supérfluas vivendo nos espaços marginalizados das grandes cidades, na precariedade e desprezadas pelo arranjo socioeconômico. A necropolítica, ao invés de cultivar a vida, torna os massacres vitais e tem como objetivo a “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135). Desse ponto de vista, veremos como as políticas implementadas na Cracolândia, no período demarcado, assinalam um intervalo da vida pública da cidade de São Paulo em que, naquela região específica do bairro da Luz, a questão social não demanda mais uma solução para além da militarização e da barbárie. Mas com um breve, porém importante período de reversão marcado pelo DBA.

A partir de documentos públicos e artigos acadêmicos sobre a Cracolândia pretendemos analisar, com base nos conceitos de necropoder e necropolítica desenvolvidos por Achille Mbembe (2012), as sucessivas políticas direcionadas às pessoas que frequentam aquele espaço, por vezes itinerante, da cidade de São Paulo. Nossa pesquisa bibliográfica iniciou em 2010, com a preparação do projeto de doutoramento em antropologia do primeiro autor. No ano de 2015, encetamos nossa pesquisa de pós doutorado sobre o programa De Braços Abertos, sob a responsabilidade do segundo autor desse artigo, na qual houve necessidade de delinear um panorama histórico mais extenso da Cracolândia. Em 2019, demos início a elaboração do presente artigo que é fruto do livro de nossa autoria: *Sob fogo cruzado: antecedentes, construção e desmonte do programa De Braços Abertos na Cracolândia paulistana*. Da vasta bibliografia consultada nesses anos, mais de 600 itens, selecionamos aqui apenas a que se revelou útil para nossa discussão a respeito das políticas implementadas na Cracolândia, e sua análise a partir das ideias de necropolítica e necropoder. Nesse sentido, as diferentes ações governamentais serão brevemente expostas em suas características mais relevantes, para que assim possamos refletir a seu respeito a partir das ideias de Mbembe. Na próxima seção buscaremos descrever as ações do poder público e os deslocamentos territoriais na primeira década de existência da Cracolândia.

A Operação Limpa e o deslocamento para a Praça Júlio Prestes.

A primeira apreensão noticiada de crack, na cidade de São Paulo, data do ano de 1986 e se deu na região central. Em 1991, ocorreu a primeira apreensão na região que futuramente seria chamada de Cracolândia (FASSON; PUCCINELLI, 2010). Costa Jr. & Souza (2014) encontraram o primeiro registro de notícia sobre a Cracolândia no acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*, datado de 1995, que localizava a cena de uso no bairro da Santa Ifigênia. Entre 1996 e 1999, a pesquisa etnográfica de Selma da Silva & Adorno (2013, p. 26) demarcava o consumo do crack [...] “entre as ruas do Triunfo, Gusmões e Andradas, hoje inexistente em função da operação ‘derruba quarteirão’ que a municipalidade executou como uma das estratégias de acabar com a ‘cracolândia’”.

A violência vem, portanto, do início das políticas para a região, mais especificamente do final dos anos 90. A Revista *Veja* recordaria assim, quinze anos depois, as ações repressivas do ano de 1997, chamadas de Operação Tolerância Zero: “comandada pelo então governador Mário Covas (PSDB), em 1997, foi a primeira grande ação policial a prender usuários. O resultado não foi nada auspicioso: a Cracolândia apenas se deslocou de algumas quadras para outras, na mesma região central.” (HUBERMAN, 2012).

Em sua breve estadia na prefeitura, antes de eleger-se governador, José Serra criará seu próprio programa para a Cracolândia. Sem preocupação de ser acusado de higienista (LANCETTI, 2015, p.83), o breve alcaide batiza de Operação Limpa ou Plano Cracolândia ao conjunto de medidas que porá em prática. Esta operação teria inviabilizado ou prejudicado o comércio e consumo da droga, porque nela “vários estabelecimentos, particularmente pequenos hotéis que se prestavam ao comércio e uso de drogas, foram interditados, e os usuários expulsos das ruas que frequentavam, ocasionando modificações nos circuitos de uso de crack” (RAUPP; ADORNO, 2011). A política de Serra nos remete, salvo as muitas diferenças entre as duas situações, à destruição de imóveis de palestinos relatada por Mbembe (2012, p. 146) em que se experimenta “uma condição permanente de “estar na dor””.

Este conjunto de ações terá por resultado palpável o deslocamento e concentração das pessoas no quadrilátero formado pela avenida Duque de Caxias, alameda Glete e alamedas Dino Bueno e Cleveland (MENA, 2005), praticamente onde se encontram até 2020. Na prática, houve a tentativa de expulsão dos indesejados usuários de crack da região objeto da Lei 14.096, de 8 de dezembro de 2005; que abarcava “o perímetro iniciado na intersecção da Avenida Rio Branco com a Avenida Duque de Caxias, seguindo pela Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá, Avenida Cásper Líbero, Avenida Ipiranga e Avenida Rio Branco até o ponto inicial” (PMSP, 2005). O mapa abaixo mostra a mudança operada pela ação governamental.

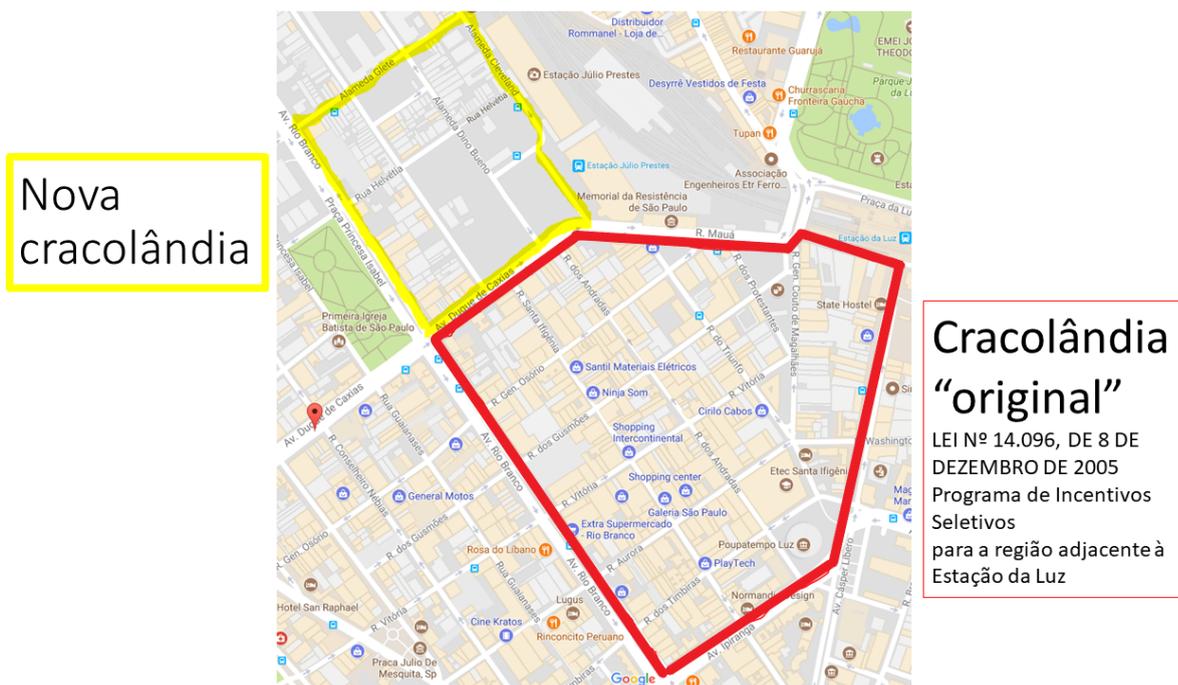


Figura 1- Nova Cracolândia – Coleção particular do autor

A depender do autor e do momento, a Cracolândia pode incorporar outras quadras como as contidas no quadrilátero constituído pelas avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rio Branco. Pode compreender ainda mais alguns quarteirões e englobar a praça Princesa Isabel. Os próprios residentes nos imóveis da região têm dificuldade em precisar seu perímetro (FRÚGOLI JR; CHIZZOLINI, 2012), dadas as mudanças provocadas pelas cíclicas investidas policiais. Isto é importante na medida em que dá chance ao capital imobiliário de ampliar sua área disponível, em processo semelhante aos de gentrificação. De 105 mil metros quadrados, cerca de 750 imóveis (BASTOS; SALLES, 2008), para 269,3 mil metros quadrados foi a ampliação da área passível de desapropriação, para dar origem à Nova Luz, feita pelo decreto 48.349 de 16 de maio de 2007 (DOMINGOS, 2007). Seu autor é Gilberto Kassab, eleito vice-prefeito na chapa de José Serra, que assumiu a prefeitura após renúncia deste para concorrer ao governo estadual. O novo prefeito chegou a demolir pessoalmente alguns imóveis, postado ao volante de um trator. Kassab procurava esconjurar um passado de fracassos por meio da concessão de benefícios e atração de empresas para o bairro: “Não existe mais a velha Cracolândia, a serviço da droga, a serviço do crime. É uma nova história, uma página virada” (PMSP, 2007). Apesar do otimismo, em tópico sobre a Cracolândia pós

demolições publicado pela *Folha de São Paulo*, seus jornalistas percorreram a rua dos Gusmões e do Triunfo à procura de usuários de crack e os encontraram, assim como puderam fotografar crianças às dezenas usando a droga (FSP, 2008). Ao consultar especialistas que conhecem o cotidiano do lugar como a coordenadora-geral da Fundação Projeto Travessia, Lúcia Pinheiro, o *site* G1 obtém esse esclarecimento sobre as demolições do prefeito: “Eles fizeram uma operação para higienizar, ou seja, eles expulsaram os meninos de lá e esses meninos fizeram o quê? Foram para a rua transversal ou para outra rua” (G1, 2008). Gisele Guimarães (2007, p.11) publica, em um livro de *Textos de Apoio do Quixote*, uma descrição das pessoas com quem trabalhava na Cracolândia, desde 2005, que nos dá uma ideia da sua diversidade e complexidade. Primeiro relacionada às crianças: “Alguns são usuários de crack: o contato sempre mais difícil, muito sujos e magros, vestidos com farrapos, enrolados em cobertores, deitados pelas calçadas, confundindo-se com a rua.” Que circulariam por abrigos, passando, alguns, períodos com a família, de quem se afastaram para poderem trabalhar nas ruas. “Encontramos também famílias nas ruas. Famílias que se constituíram nas ruas. São refugiados urbanos, estrangeiros, excluídos no que deveria ser a sua própria cidade, afastados de suas raízes, de suas origens”.

Pelo menos desde 1998, com a política de tolerância zero de Mário Covas, que o poder público age na Cracolândia, porém, é apenas em 2009, 12 anos depois, que é feita a primeira pesquisa para conhecer o que ocorre naquele território. Os levantamentos anteriores feitos pelo poder público não eram muito mais que a contagem numérica de frequentadores do local pela polícia. Fica claro que primeiro o poder público agiu e fracassou reiteradas vezes para apenas depois se preocupar em obter dados que possibilitassem uma análise com maior profundidade sobre as pessoas do lugar; e, quem sabe, a partir daí, planejar antes de tomar uma ou outra atitude. A pesquisa foi levada a cabo por agentes de saúde e não mais por policiais; apresentou um universo de 442 pessoas na Cracolândia com 70% de homens, número muito próximo ao encontrado em 2017 por estudo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo (BOCCHINI, 2017). Diante do exposto cabe-nos agora, na próxima seção, tratar de um dos episódios mais violentos ocorrido com as pessoas que utilizam crack no bairro paulistano da Luz.

A violência da operação Sufoco ou Dor e Sofrimento.

Uma questão adicional iria recolocar a Cracolândia no foco da política municipal e estadual até o ataque promovido pela Operação Dor e Sofrimento em 2012: a entrada da classe média como parcela ameaçada pelo uso do crack e seu apoio a “iniciativas de lei que se mostram claramente preconceituosas e violadoras de direitos” (GUARDA, 2014, p.9). Enquanto permaneceu restrita aos considerados moribundos andarilhos da Luz, o tema do uso do crack provocava comoção, mas parecia faltar um ingrediente a mais para mobilizar todas as forças repressivas à disposição da prefeitura de São Paulo e do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual. “Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo divulgada em 2009 constatou que o crack avança rapidamente entre os mais abastados: o crescimento entre pessoas com renda superior a vinte salários mínimos foi de 139,5%” (CUMINALE, 2010). Com a ideia de que usuário e pequeno traficante são vetores de uma hipotética epidemia do crack, o combate a estes dois bodes expiatórios facilmente acionáveis se dará brevemente, com farto uso de “truculência” (RIZEK, 2010, p.36) e do modo mais midiático possível, como uma resposta à classe média ameaçada. Assim começa a aparecer um consenso na cidade, da existência de pessoas, os craqueiros (DOMANICO, 2006; LANCETTI, 2015; ALVES, 2014, 2017), que colocam a classe média em risco de morte; surge a crença que o crack mata justamente aquela classe que se deve deixar viver. Daí para frente, a eliminação de uns será a condição de vida de outros.

Mal terminara as comemorações pelo ano novo, no dia 03 de janeiro de 2012, centenas de policiais militares, a pé e a cavalo, desferiram um ataque frontal contra as pessoas que frequentavam a Cracolândia. A cena aberta de uso, nesta época, foi assim descrita por Paulo Falcade (2014, p.20): “A visão era tão impressionante quanto o odor de plástico queimado, que depois descobri ser o cheiro do crack. Já noite, a visão assemelhava-se a um bando de vaga-lumes que aparecem no horizonte de campos abertos.” Neste contexto, foram realizadas centenas de abordagens policiais e prisões; a ação não economizou nas bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Também se esmerou em administrar a maior quantidade possível de gás de pimenta diretamente nos olhos das vítimas. As viaturas policiais eram arremessadas contra as pessoas que fugiam rumo à calçada para, então, serem perseguidas e atropeladas por motocicletas (Alves, 2017).

Como forma de incrementar os ingressos nas clínicas de tratamento participantes da Operação Integrada Centro Legal, da qual a Operação Dor e Sofrimento fazia parte, os governos estadual e municipal resolveram dar mais que um empurrão; sobre isso o prefeito Kassab devaneia: “[O convencimento] é o grande desafio da humanidade nos grandes centros urbanos. Felizmente, a Prefeitura, nos últimos tempos, tem conseguido ser feliz na abordagem. Cada vez mais ela consegue levar as pessoas para tratamento” (MACEDO, 2012). O que na matéria jornalística aparece como convencimento não é um simples eufemismo para a violência, seria pouco considerar as declarações do prefeito desta maneira singela. O que temos aqui poderia ser melhor compreendido, como fez Lancetti (2015, p. 96), se pensássemos na atuação sádica de nossas elites com relação ao povo ou à “ralé”. Nas palavras do sociólogo Jessé de Souza (2017, p.99): “A nossa “ralé” atual de todas as cores de pele é o inadaptado à competição social que herdou todo ódio e desprezo que se devotava ao negro antes.”

O usuário de crack que ocupa a região central de São Paulo, próximo a equipamentos dedicados à cultura como a Sala São Paulo; taxado como zumbi, este estrato particularmente vulnerável do que Jessé de Souza provocativamente chama de ralé, pôde ser acionado, após a construção midiática do pânico moral em torno do zumbi (Alves, 2017), como objeto da prática repressiva das elites. No craqueiro pôde talvez a elite paulistana, com parcela significativa de seus membros descendente de proprietários de escravos (LUNA, 2006), por um mecanismo de generalização, representar a ralé como um todo. Ralé esta que, como os escravos nas colônias sob jugo europeu, se encontra submetida a uma forma de exercício do poder em que a “paz” assume a face de uma guerra sem fim” (MBEMBE, 2012, p. 132).

O plano dos governos Alckmin, sucessor de Serra, e Kassab de incentivar a adesão ao tratamento via repressão aos usuários de crack, foi logo saldado pela mídia direitista. A tática de impor dor e sofrimento aos usuários de crack os impedindo, ao menos nos objetivos declaradamente sádicos dos responsáveis por este conjunto de ações, de fumar crack e, ainda no campo dos desejos irrealizados, inviabilizando a “chegada da droga” (FERRAZ; MANSO, 2012), tudo em conjunto, faria com que se rendessem. Nas palavras do coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira: “Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e o

sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda.” A tortura será praticada em público e publicada com orgulho para os leitores do jornal *Estadão*. A crueldade como fundamento, justificativa e motivação de uma política pública teve no Sr. Luiz Alberto seu porta voz.

Suely Aires (2016), em artigo intitulado *Os anormais do século XXI: usuários de crack e políticas públicas de segurança e saúde*, localiza as intervenções públicas, como a de Kassab e Alckmin, na articulação entre problema, técnica e saber. O usuário de crack acaba por herdar o status de anormalidade, construídos pelo saber médico e jurídico de séculos anteriores, o que permite lhes impor a violência sob alegação de perda da racionalidade, autonomia e capacidade de decisão. O saber médico constrói um dado de natureza, uma alteração neuroquímica que é efeito e causa do uso contínuo e irrefreável da droga. Por sua vez, o crime se torna uma decorrência da necessidade, imposta pelo corpo, em conseguir mais droga, tornando indissociável o dispositivo médico do dispositivo jurídico.

Silva, Souza e Melo (2014, p. 61), ao analisarem os elementos discursivos em torno do texto midiático sobre a Cracolândia no período de 2009 a 2013, perceberam que a associação entre aquele território e o uso do crack apontava para uma biopolítica de gestão estatal sobre um problema urbano, formatado pela visibilidade midiática. Política que também trouxe à tona saberes de cunho médico-jurídico capazes de fundamentar internações forçadas em que 5 metáforas puderam ser identificadas: a) perda de capacidade de decisão, da razão; b) a inevitabilidade da ação estatal no sentido de salvar essas vidas; c) existência de uma epidemia do crack; d) o crack é mais forte que outras substâncias, por isso, medidas drásticas seriam necessárias, justificando, assim, até mesmo a retirada da liberdade; e) como o pai que não quer a morte do filho, o Estado intervém como faria a família.

Silva Júnior e Monteiro (2012, p.4) dão centralidade à morte no cotidiano dos usuários de crack, o que pode funcionar, como vimos, para legitimar todo e qualquer medida de governos que se decidam por agir sobre determinadas pessoas, agora homogêneas sob a pecha de mortos/vivos: “Crack e morte estão entrelaçados no cotidiano desses usuários, orientando suas vidas, determinando valores, vinculando suas existências. Quando, entretanto, significa a morte como companheira, parceira de toda hora, é uma expressão da sua nulidade” [...] Esta abordagem reforça a ideia da internação, de que “é necessário afastá-los das ruas, levando-os para locais isolados, onde possam ser ‘ressocializados’” (RASGA et.al., 2015); e guarda

semelhança com as ideias de Vargas (2006) que sugere uma escolha por intensidade vivida em detrimento da extensão da vida. Apesar disto, novas políticas poderão surgir sobre os escombros da violência, mas não sem enfrentar muitos obstáculos como veremos agora.



Figura 2- Assistente social do SAE retorna ao equipamento, em meados de 2012, pela rua Helvetia e passa em frente ao que viria ser a Tenda do DBA – Coleção particular do autor

O combate sem tréguas ao programa De Braços abertos (DBA).

Nos cabe ressaltar a importância de conhecer o funcionamento do programa para compreender o caráter do combate que sofreu. O DBA pode ser tido como uma biopolítica em que os usuários de crack passam a ser considerados pessoas que “devem viver”, na forma como Mbembe (2012, p. 128) compreende parte da formulação foucaultiana de biopoder. Em Alves (2017) vimos como o DBA foi planejado para ofertar abrigo, tratamento de saúde, alimentação, atividade ocupacional, capacitação profissional e auxílio financeiro aos beneficiários incluídos na execução de serviços de zeladoria nas ruas e praças da proximidade da Cracolândia; e teve início em 14 de janeiro de 2014. Após dois dias, todos os 147 barracos distribuídos entre as ruas Dino Bueno e Helvétia – próximos onde hoje se centraliza a Cracolândia – haviam sido retirados. A não construção de novos barracos no local foi pactuada entre a administração municipal e os futuros beneficiários do DBA. A adesão ao programa foi da totalidade dos ocupantes dos barracos e se deu nos dias anteriores, ao serem contratados pelo Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) para trabalharem em atividades de zeladoria na região. Ocupação pela qual passaram a receber um auxílio financeiro no valor de

R\$ 15,00 por dia de trabalho, incluindo os finais de semana para os assíduos. Esta forma de contratação é uma adaptação do POT e compreendia inicialmente um valor de auxílio pecuniário mensal de R\$ 450,00 por 20 horas semanais de trabalho, ou 4 horas diárias nos chamados dias úteis. O POT prevê o investimento total de um salário mínimo e meio por beneficiário. Como custo para a prefeitura há também o pagamento das vagas em hotéis da região e alimentação correspondente a três refeições diárias no restaurante Bom Prato, programa do governo estadual responsável por fornecer refeições a um real em restaurante gerido por Organização Social, localizado, então, na rua Dino Bueno. Também há cursos de capacitação ofertados a partir de aptidões e demandas dos beneficiários e o pagamento da equipe de técnicos e orientadores, assim como dos gestores do serviço: inicialmente a organização não governamental Brasil Gigante a serviço da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Em setembro de 2014, a Brasil Gigante foi substituída pela Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf) após processo licitatório.

Ao acordarem e saírem do hotel, os beneficiários se dirigem ao restaurante Bom Prato para tomarem o café da manhã. A entrada no restaurante é possibilitada por um crachá distribuído pelo orientador social a cada um de sua equipe de 20 beneficiários. Dificilmente a equipe estará completa, os ausentes serão objeto de busca ativa por parte dos 44 orientadores socioeducativos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e agentes comunitários de saúde da SMS. As informações sobre a ausência no trabalho, para a posterior busca ativa, são obtidas por estes profissionais após o café da manhã, no local de saída das equipes. Em seguida, os agentes sociais da SMADS e agentes comunitários de saúde responsáveis por cada grupo de 20 beneficiários se dirigem aos hotéis para visitá-los e verificar os motivos da ausência na frente de trabalho. Entre às 13 e 14 horas, o trio composto pelos agentes sociais da SMADS, agentes comunitários de saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e orientadores sociais da SMDHC se reúne para discutir as diversas demandas surgidas. Esta rotina passou a ser implementada pouco mais de um mês após o início dos serviços de zeladoria feitos por parte dos beneficiários.

A busca ativa é feita dentro dos hotéis com os membros do trio indo de porta em porta. Ao final do mês de fevereiro de 2014, apenas 200 entre 429 participantes do DBA se dedicavam aos serviços de zeladoria, alguns jamais apareceram para trabalhar, outros desistiram pelos

mais diversos motivos, como os de saúde. Em meados de abril, este número havia subido para 293 beneficiários participando dos serviços de zeladoria ao menos uma vez naquele mês. Há casos de nomes que constavam nas listas das equipes de 20 beneficiários, mas nunca apareceram para trabalhar, assim como certos inscritos na primeira fase do programa que ressurgiram após três meses de sua implantação. Em todo caso, não há exclusão do programa, dada sua baixa exigência, ou exigência apropriada como alguns técnicos gostam de salientar. Mesmo com meses de ausência, todos estão incluídos.

Nos primeiros dias do DBA, o Ponto de Apoio, como se chamava a primeira instalação do programa, era, nas palavras de Lancetti (2015, p. 94), “uma extensão da rua. Foram realizadas várias assembleias para decidir com os moradores da região o nome do local e outras questões”. Este caráter contratual e democrático está na base da ideia original de Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia (op. cit., p. 42); suas ideias foram fundamentais para a política de saúde mental da gestão de David Capistrano na cidade de Santos, da qual o psicanalista Antônio Lancetti, um dos idealizadores do DBA, participara.

O tratamento de saúde não se confundia mais com internação psiquiátrica ou em Comunidades Terapêuticas (CT). Esta é a política adotada pelo governo estadual no programa Recomeço. Ao sair da internação, um grande número de usuários de crack retomava seu hábito: “quando a pessoa volta para a sua vida e seus problemas, ela recai”, diz o psiquiatra Dartiu Xavier, coordenador do Programa de Orientação, Atendimento a Dependentes (PROAD) da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), ao comparar as políticas baseadas na internação com o DBA, em seu início (PRONIN, 2014). Fora isso, eram submetidas a todo tipo de abuso, como o espiritual (MURAKAMI; GOMES CAMPOS, 2012), e ao conseguirem alta, o mais comum era retornarem à zona de uso, “já paguei, fiquei nove meses rezando” (LANCETTI, 2015, p. 86). As CT podem ser compreendidas, neste contexto, como dispositivos capazes de eliminar pessoas das ruas em grande número.

As CT iriam reagir às propostas do DBA. Um ex-usuário de crack, com 25 internações no currículo, o que poderia ser um exemplo de falência desta prática, no final de 2013, precocemente em relação ao lançamento do programa, sentenciava sobre os frequentadores da Cracolândia: “Não é mais um ser humano, é um zumbi que está lá” (UOL, 2013). Fabian Nacer tornou-se empresário do ramo de tratamento do uso de drogas, caminho seguido por

muitos ex-usuários problemáticos, e é uma espécie de consultor *ad hoc* da mídia quando se trata de defender a internação em massa, desde a Operação Dor e Sofrimento (FREITAS, 2012). Somou-se a Nacer o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, coordenador do programa Recomeço do governo estadual, caracterizado pelo envio de usuários de crack para CT, que advertiu sobre os beneficiários de DBA: “Eles vão pegar o dinheiro e gastar com o crack” (BEDINELLI, 2014). Porém, podemos considerar que o dinheiro que é transferido do Estado para as CT acaba por valorizar o usuário de crack transmutado em paciente internado; que, de modo semelhante ao escravo, “é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos” (MBEMBE, 2012, p. 131). No interior de um ambiente em que, não poucas vezes, são objeto da violação aos direitos humanos mais básicos (BARDI, 2019).

Os ataques continuam. Na página dos Amigos da Guarda Civil foi publicada a foto de uma beneficiária uniformizada e fazendo uso de crack antes de ir trabalhar, no primeiro dia de varrição. A página reclama das vantagens oferecidas aos que resolvem aderir a política municipal e fulmina: “Enquanto eles ganham isso tem trabalhador morrendo de fome, total inversão de valores!” (AMIGOS DA GUARDA CIVIL, 2014). O que os Amigos da Guarda Civil talvez não tenham se dado conta é que a violência policial na Cracolândia torna possível a internação maciça, e os ganhos daí advindos para as CT, como recurso humanizador frente à possibilidade da morte dos craqueiros nas ruas. Possibilidade esta agravada pelas próprias polícias, como veremos adiante.

Pouco mais de uma semana depois do início do DBA, exatamente 8 dias, em 23 de janeiro de 2014, à tarde, foi deflagrada uma ação repressiva por parte da polícia civil, instituição sob ordens do governo estadual, mais especificamente do seu Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC), na Cracolândia; qualificada pelo então secretário de direitos humanos municipal, Rogério Sottili, como: “barbaridade inaceitável” (CARVALHO, 2014). Foram realizadas 30 prisões com detonação de bombas de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha. A justificativa apresentada foi responder à reação dos usuários de crack à violência inicialmente empreendida pelos agentes de segurança ao, segundo declararam, procurarem prender um traficante. As palavras de um frequentador da região resumem a eficácia da ação do poder estadual sob seu ponto de vista: “Traficante que é traficante não vem aqui, eles tão prendendo vapor e avião” (RIBEIRO; CASTRO, 2014).

Mas, ao saber das críticas à operação do DENARC a delegada responsável limitou-se a justificá-la com a afirmação de que tudo havia ocorrido “dentro da legalidade” (G1, 2014).

O semanário *Veja*, treze meses após o início do DBA, sentencia que os hotéis, que julga possuírem condições precárias, onde foram instalados os beneficiários após sua retirada do “fluxo”, como passou a ser conhecida a aglomeração mais densa de usuários de crack no interior da Cracolândia, são “o retrato de um programa que não deu certo” (GONÇALVES, 2015). Também pouco adiantou a prefeitura paulistana ter divulgado, poucos dias antes desta matéria, que o DBA havia reduzido em “80% número de usuários na Cracolândia” (TERRA, 2015). Para o semanário, então da família Civita, o “fluxo” havia voltado a crescer. Esta matéria parece ter inspirado outra de *O Diário de São Paulo* intitulada “Braços Abertos começa a ruir”. Nela, os donos dos hotéis, que naquele momento se encontravam em disputa com a prefeitura, têm espaço para condenar globalmente o programa e ignorar os dados da avaliação oficial publicada três meses antes, em janeiro (PMSP, 2015a). As pesquisas e seus dados não foram considerados, o que nos leva a pensar que, no caso da Cracolândia, há uma reiterada vitória da irracionalidade sobre a racionalidade: primeiro, sobre as pesquisas de saúde que confirmam a ausência de uma epidemia do crack (NAPPO, 2012) e, segundo, sobre a ineficácia comprovada da internação forçada (SILVEIRA, 2014). O terror na Cracolândia nos leva a refletir, juntamente com Mbembe (2012, p. 129) ao tratar das políticas de morte, sobre como a irracionalidade, e não a racionalidade, passa a ser instrumentalizada para o massacre.

Do De Braços Abertos ao Redenção e a volta da necropolítica.

O prefeito Haddad, ao chamar os frequentadores da Cracolândia para seu gabinete (Alves, 2017), passa a os reconhecer como cidadãos e não mais como inimigos, com os quais “é impossível firmar a paz”. A situação de “ilegalidade absoluta”, que Mbembe (2012, p. 133) vislumbrou nas colônias, foi, na Cracolândia, até o DBA, o contexto ideal para a afirmação médico-jurídica da necessidade da aplicação da força de repressão sobre o usuário de crack. Afirmação esta que tornava possível o exercício do necropoder sobre pessoas consideradas

mortas vivas ou zumbis. A guerra às drogas, empreendida no interior da Cracolândia, nunca visou a paz, mas a eliminação de um inimigo absoluto.

Como o prefeito Dória, sucessor de Haddad, havia avisado que a operação que inauguraria as intervenções de seu mandato na Cracolândia aconteceria até meados de 2017, a mídia tratou de criar o clima propício. Dois acontecimentos entram nessa equação somados a notícias sobre a grande quantidade de drogas que estariam sendo comercializadas no “fluxo”. O primeiro é o assassinato de Bruno de Oliveira Tavares, de 34 anos; o segundo, mais uma ação da PM com *timing*, aparentemente, ideal para gerar repercussão na mídia, antes da grande intervenção.

Podemos entender a morte trágica de Bruno como parte de uma prática de deixar morrer; recheada de episódios que marcam a situação a que foi reduzida a Cracolândia nos primeiros meses da nova gestão municipal. Sua morte se deu após ser torturado e encarcerado por 4 dias em um dos imóveis adjacentes ao “fluxo”, então, ainda localizado na alameda Dino Bueno. Seu corpo foi despejado com as mãos amarradas, nas proximidades. Bruno trabalhava para uma empresa de remoção. O sequestro de usuários de drogas nas cenas de uso é atividade corriqueira feita por empresas terceirizadas, a serviço das clínicas de recuperação para usuários de drogas, as chamadas empresas de remoção (Alves, 2017). Recém-chegado a São Paulo, Bruno começou a trabalhar na Restart, nome comercial da empresa de remoção que continua operando em 2019, e, segundo seu site, 24 horas por dia. O serviço consistia em localizar e levar uma jovem frequentadora da Cracolândia para uma clínica contratada pela família. Segundo pessoas que trabalhavam na prefeitura e tiveram acesso a informações sobre o ocorrido, Bruno teria dito aos traficantes do “fluxo” que era do Comando Vermelho, facção criminosa carioca; e a isto se acrescenta o fato de terem encontrado um documento de bombeiro civil em sua carteira. O proprietário da empresa, que acompanhava Bruno naquele dia, foi avisado pelos traficantes de seu cárcere privado, fez boletim de ocorrência e pediu a intervenção policial para resgatá-lo, o que foi negado sob várias alegações entre as quais de que Bruno, ex-usuário de drogas, poderia estar simplesmente fazendo uso de drogas na Cracolândia. O caso revela duas coisas: 1) o estado de relativo abandono em que se encontrava a cena de uso da Luz às vésperas da intervenção que daria início ao programa

Redenção; e 2) o descaso da polícia para com a vida de um possível “usuário de droga” (RESK, 2017).

Bruno foi assassinado provavelmente entre os dias 6 e 7 de maio, a PM se negou a entrar no “fluxo” para salvar sua vida, porém, no dia 10, a polícia ataca a Cracolândia, uma semana após o sequestro de Bruno e três dias depois de sua morte. Barricadas, fogueiras, feridos, carros virados, bombas, balas de borracha, tiros, lojas saqueadas e muita pancadaria, tudo isto um acinte a mais para a família de Bruno Tavares que teve seu ente querido torturado e assassinado sob conhecimento das autoridades que se negaram a intervir, entre outras alegações, por temor das possíveis consequências. “Haveria consequências porque os usuários sempre reagem à entrada de policiais [...]” (RESK, 2017) declarou o delegado Osvany Zanetta Barbosa, titular do 3.º DP, que registrou o caso. Por isso, a Tropa de Choque não havia intervenido.

Com forte apoio midiático, a Cracolândia é então atacada como se combate uma tropa inimiga, ou, talvez, de modo inspirado nos jogos de vídeo game onde se despedaçam zumbis mortos vivos. Muito próximo da cena de uso aconteciam atividades da Virada Cultural, um megaevento da prefeitura com 24 horas de duração. Em dezenas de locais na cidade, os paulistanos acompanhavam peças de teatro, shows de música, apresentações de humor e inúmeras outras atrações, menos nos arredores da Praça Júlio Prestes. Para os usuários de crack estavam reservados mais de 1500 policiais, entre PM, Tropa de Choque, Polícia Civil, DENARC, GOE (Grupo de Operações Especiais) e Guarda Civil Metropolitana (GCM). O aparato não para nisso, e inclui também “quatro helicópteros, 35 motos, 69 viaturas, 13 veículos pesados, 49 cavalos, 5 cães farejadores e dez bases móveis” (PORTAL DO GOVERNO, 2017). O prefeito prometia uma total reurbanização do local: “Não haverá mais pensão, hotel, nenhum tipo de acomodação desse tipo, como existia anteriormente. Toda a área será reurbanizada, os hotéis serão fechados e a área passará por amplo projeto de reurbanização” (BASSO, 2017). Uma espécie de retorno à operação ‘derruba quarteirão’ do antecessor Gilberto Kassab. A operação foi um fracasso em seu intento de eliminar a cena de uso que, ao final de 2020, permanece praticamente no mesmo local.

Notas finais.

A Cracolândia - composta não só pelas pessoas que lá frequentam, mas também pelos imóveis derrubados, as áreas públicas reformadas e novos espaços reconstruídos - foi sujeitada a necropolítica, a viabilização “da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte””, como aponta Mbembe (2012, p. 146), desde ao menos o ano de 1997. A partir de então, caracterizados como zumbis, os frequentadores daquele espaço itinerante, são submetidos “a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos””. Com um breve, mas significativo interregno durante o programa DBA, em que a produção da vida passa a ser a marca de uma nova biopolítica, o que o poder público reiteradamente buscou na Cracolândia foi “exercer o direito de matar” (MBEMBE, 2012, p. 124).

Se a necropolítica é, no caso emblemático dos campos de concentração nazistas, caracterizada pelo uso de certa racionalidade do tipo instrumental, na Cracolândia é exercida com um aparente desprezo pela pesquisa e pela ciência, assim como suas ações são desprovidas de planejamento. A improvisação é uma das marcas das ações mais violentas, sempre fracassadas e precursoras, anos depois, de novos malogros.

Ao se conceber o uso do crack como epidêmico, mais uma vez contrariando a ciência, e seu consumo como algo que leva, quase sempre, à morte, a eliminação das pessoas que consomem esta substância mortal nas ruas vira condição de vida de outros, dos que devem viver, da classe média passível de contaminação, em uma guerra sem fim. Do processo de eliminação da presença de um grande número de pessoas nas ruas faz parte a internação, mesmo que forçada, em CT, e não importa se em condições de horror e crueldade. Outra prática em contradição com a ciência se o objetivo fosse a melhoria da relação destas pessoas com as drogas que consomem.

Acreditamos ter podido contribuir para a compreensão das principais ações governamentais na Cracolândia, por um período largo de tempo, sob a ótica do necropoder. Porém, reconhecemos as limitações em termos de um necessário maior aprofundamento sobre o assunto, inclusive sob perspectivas teóricas diversas da aqui apresentada. Como no trabalho de Aderaldo & Fazzioni (2012) que privilegiou as práticas de lazer e resistência na Cracolândia; ou em Raupp & Adorno (2015) que buscaram analisar as estratégias de autocontrole e autocuidado; ou ainda autores que buscaram destacar as relações entre o

Estado, o legal e o ilegal (ADORNO et al., 2013; DA SILVA e ADORNO, 2013; RUI, 2012). Já as pesquisas de campo sobre o DBA cobrem um leque relativamente amplo de aspectos e pontos de vista. São trabalhos que, por vezes, possuem uma abordagem que privilegia a repressão policial na Cracolândia, como em Magalhães (2015), e em Menezes (2016) que vê no DBA mais um programa voltado à repressão entre outras iniciativas violentas anteriores. Também em Frúgoli & Chizzolini (2017) que chegam a comparar o DBA com ações pontuais e puramente repressivas como a operação Sufoco (Dor e Sofrimento).

Ao nos valermos do conceito de necropolítica, cremos ter podido lançar um olhar diferenciado sobre as sucessivas ações do poder público sobre as pessoas que frequentam a Cracolândia, além de conseguirmos propor uma diferenciação clara entre o DBA e as demais políticas públicas. Enquanto o DBA implementava uma série de ações coordenadas no sentido de tomar os usuários de crack como pessoas que devem viver. Iniciativas com os sugestivos nomes de Tolerância Zero, Derruba Quarteirão, Limpa, Sufoco, e Dor e Sofrimento, além da mais violenta de todas com o nome de Redenção, foram e são marcadas pela busca da eliminação das ruas de pessoas tidas como zumbis: mortos vivos perigosos, considerados veículos disseminadores de uma falsa epidemia do crack. Seja pela expulsão, pela morte ou confinamento em comunidades terapêuticas, como é o caso do Programa Recomeço.

NECROPOLITICS, DRUGS AND GOVERNMENT ACTIONS IN CRACOLÂNDIA

Abstract:

We sought to investigate how actions of little or no success could last for almost two decades, without significant corrections of course were adopted. This could be better interpreted by the understanding of the necropower exercise, as designed by Achille Mbembe, on these people. For that, we use articles published in the media and academic works. By using the concept of necropolitics, we believe we have been able to take a different look at the successive actions of the public authorities on Cracolândia, in addition to seeking to propose a clear differentiation between De Braços Abertos and other public policies. Marked by the search for the elimination of people considered as zombies: dangerous living dead, considered vehicles that disseminate a false crack epidemic. Whether by expulsion, death or confinement in therapeutic communities.

Keyword: Necropolitics, Cracolândia, De Braços Abertos, Redenção.

NECROPOLITICA, DROGAS Y ACCIONES GUBERNAMENTALES EN CRACOLÂNDIA

Resumen:

Intentamos investigar cómo las acciones de poco o ningún éxito podrían durar casi dos décadas, sin que se adoptaran correcciones significativas. Esto podría ser mejor interpretado por la comprensión del ejercicio de necropower, diseñado por Achille Mbembe, en estas personas. Para eso, utilizamos artículos publicados en los medios y trabajos académicos. Al utilizar el concepto de necropolítica, creemos que hemos podido observar de manera diferente las sucesivas acciones de las autoridades públicas en Cracolândia, además de buscar proponer una clara diferenciación entre De Braços Abertos y otras políticas públicas. Marcado por la búsqueda de la eliminación de personas consideradas zombies: peligrosos muertos vivientes, considerados vehículos que difunden una falsa epidemia de crack. Ya sea por expulsión, muerte o reclusión en comunidades terapéuticas.

Palabra clave: Necropolítica, Cracolândia, De Braços Abertos, Redenção.

Referências.

ADERALDO, G.; FAZZIONI, N. Choro e samba na Luz: etnografia de práticas de lazer e trabalho na R. Gal. Osório, **Ponto Urbe** [Online], 11 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado o 06 Dezembro 2017. URL : <http://pontourbe.revues.org/1159> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1159.

ADORNO, R. et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 4, n. 2, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 1, 2002.

AIRES, S. Os anormais do século XXI: usuários de crack e políticas públicas de segurança e saúde. **Sofia**, 5(1), 2016.

ALVES, Ygor Diego Delgado. A Cracolândia como “Communitas” e o frade craqueiro. In: RAMMINGER, Tatiana; SILVA, Martinho. **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

_____. **Jamais fomos zumbis**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. EdUFBA, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/x89sf>. Acesso em: 20 09 2019.

AMIGOS DA GUARDA CIVIL. Drogados consomem crack antes do 1º dia de trabalho na Cracolândia. **Amigos da Guarda Civil Blogspot**, São Paulo, 18 jan. 2014. Disponível em: <http://amigosdaguardacivil.blogspot.com.br/2014/01/drogados-consoem-crack-antes-do-1-dia.html>. Acesso em: 20 09 2019.

BARDI, Giovanna. Comunidade terapêutica religiosa: um pântano na busca por ajuda. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.

BASSO, G. Megaoperação na Cracolândia pretende marcar início de reurbanização no centro de São Paulo. **R7**, São Paulo, 21 maio 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/megaoperacao-na-cracolandia-pretende-marcar-inicio-de-reurbanizacao-no-centro-de-sao-paulo-21052017>. Acesso em: 31 10 2017.

BASTOS, S.; SALLES, M. História urbana e hospitalidade: o Bairro de Santa Ifigênia/ São Paulo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2008, p. 1-12.

BEDINELLI, T. O centro de São Paulo, uma região refém do crack. **El País**. São Paulo, 17 jan. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/17/politica/1389914689_914653.html. Acesso em: 29 09 2017.

BOCCHINI, B. Número de usuários na Cracolândia cresce 160% no último ano, mostra pesquisa. **EBC Agência Brasil**, São Paulo, 08 jun. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/quantidade-de-usuarios-na-cracolandia-cresce-160-no-ultimo-ano-mostra-pesquisa>. Acesso em: 20 10 2017.

CARVALHO, B. Secretário de Haddad repudia ação na cracolândia. **Viomundo**, São Paulo, 24 jan. 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/secretario-de-haddad-repudia-acao-na-cracolandia.html>. Acesso em: 29 09 2017.

COSTA Jr., C. & SOUZA, G. **Vizinhos da Cracolândia**: a memória de quem viu um mundo paralelo se erguer na região da Luz. São Paulo, Edição do Autores, 2014.

CUMINALE, N. Crack avança na classe média e entra na agenda política. **Revista Veja**, São Paulo, 12 nov. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/saude/crack-avanca-na-classe-media-e-entra-na-agenda-politica/>. Acesso em: 23 10 2017.

DA SILVA, S.; ADORNO, R. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 4, n. 2, 2013.

DOMANICO, A. “**Craqueiros e Cracados: bem-vindo ao mundo dos noias!**” estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. 2006. 220f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.

DOMINGOS, R. Kassab duplica área para desapropriação na Cracolândia. **G1**, São Paulo, 17 maio 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL38167-5605,00-KASSAB+DUPLICICA+AREA+PARA+DESAPROPRIACAO+NA+CRACOLANDIA.html>. Acesso em: 18 10 2017.

FALCADE, P. R. U. **Psicologia, modernidade e modos de subjetivação: a questão do morador de rua**. 2014 Dissertação de mestrado (Instituto de Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FASSON, K.; PUCCINELLI, B. Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização. **IX Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas**, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, 2010.

FERRAZ, A.; MANSO, B. P. Governo quer acabar com cracolândia pela estratégia de 'dor e sofrimento'. **Estadão**, São Paulo, 04 jan. 2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral/governo-quer-acabar-com-cracolandia-pela-estrategia-de-dor-e-sofrimento.818643>. Acesso em: 24 10 2017.

FREITAS, H. 'Tem que internar à força', diz ex-viciado da Cracolândia. **Terra**, São Paulo, 14 jan. 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/tem-que-internar-a-forca-diz-ex-viciado-da-cracolandia.d0994cb8511da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 24 10 2017.

FRÚGOLI JR, H.; CHIZZOLINI, B. B. Moradias e práticas espaciais na região da Luz, **Ponto Urbe** [Online], 11 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado o 07 Dezembro 2017. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1135>

_____. Relações entre Etnografia Face a Face e Imagens do Google Street View: Uma Pesquisa sobre Usuários de Crack nas Ruas do Centro de São Paulo. **GIS-Gesto, Imagem e Som-Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, 2017.

G1. A cracolândia não acabou, apenas mudou de endereço. **G1**, São Paulo, 24 mar. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL360760-5605,00.html>. Acesso em: 18 10 2017.

_____. 'Foi tudo dentro da legalidade', diz delegada sobre ação na cracolândia. **F24**, Curitiba, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://www.f24.com.br/editorial/brasil/s%C3%A3o-paulo/23012014-83246-foi-tudo-dentro-da-legalidade-diz-delegada-sobre-acao-na-cracolandia>. Acesso em: 03 10 2017.

GONÇALVES, E. Hotéis da Cracolândia: o retrato de um programa que não deu certo. **Veja.com**, São Paulo, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/hoteis-da-cracolandia-o-retrato-de-um-programa-que-nao-deu-certo/#>. Acesso em: 25 08 2017.

GUARDA, Mariana de Gouvêa. **Políticas públicas e direitos: um estudo de caso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-21082017-134406/>>. Acesso em: 2017-12-06.

GUIMARÃES, Gisele. Moinho da Luz: uma experiência de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Conceitos e estratégias para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco**. São Paulo: SMADS, Setor Ensino Projeto Quixote, UNIFESP, 2007.

HUBERMAN, B. Cracolândia: uma terra sem pai. **Revista Veja**, São Paulo, 21 jan. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/cracolandia-uma-terra-sem-pai/>. Acesso em: 24 10 2017.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo, Hucitec, 2015.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Edusp, 2006. MACE, Eric. As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 177-188, May 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701999000100009>.

MACEDO, L. Ação na Cracolândia 'não é enxugar gelo', diz Kassab. **G1**, São Paulo, 04 jan. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/acao-na-cracolandia-nao-e-enxugar-gelo-diz-kassab.html>. Acesso em: 24 10 2017.

MAGALHÃES, T. **Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da 'cracolândia' paulistana**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, (32), 123-151. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169?fbclid=IwAR2SAvwKICkMhUpLKAXp540_2BYPGYGhsEOvVA1NVdmgYcnbUt1Gv6fJt24 Acesso em: 17 dez. 2019.

MENEZES, L. F. **Entre a saúde e a repressão - políticas públicas na região da 'Cracolândia' SP**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.6.2016.tde-18042016-142114. Acesso em: 2017-11-17.

MURAKAMI, Rose; GOMES CAMPOS, Claudinei José. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 2, 2012.

NAPPO, Solange Aparecida et al. **Há uma epidemia de crack entre estudantes no Brasil?** Comentários sobre aspectos da mídia e da saúde pública. 2012.

PMSP. Lei nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 8 dez. 2005. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-14096-2005.pdf>. Acesso em: 18 10 2017.

_____. Começam demolições na Nova Luz e 23 empresas devem instalar-se no bairro. **Transparência São Paulo**, São Paulo, 26 out. 2007. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=132803>. Acesso em: 18 10 2017.

_____. Secretaria Especial de Comunicação. **Nota de esclarecimento - De Braços Abertos**. São Paulo, 23 abr. 2015a. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/nota-de-esclarecimento-de-bracos-abertos>. Acesso em: 25 08 2017.

PORTAL DO GOVERNO. Começa a construção de conjunto habitacional no centro de São Paulo. **SP NOTÍCIAS**, São Paulo, 23 jan. 2017. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/alckmin-anuncia-construcao-de-conjunto-habitacional-no-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 20 10 2017.

PRONIN, T. "Modelos repressivos fracassaram", diz psiquiatra sobre ação na Cracolândia". **Uol Notícias**. São Paulo, 16 jan. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2014/01/16/modelos-repressivos-fracassaram-diz-psiquiatra-sobre-acao-na-cracolandia.htm>. Acesso em: 26 09 2017.

RAUPP, L. M.; ADORNO, R. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63018749031>. Acesso em: 22 11 2017.

_____. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 4, 2015.

RASGA, M.; BESSA, F.; MENDES, J.; DE LAMARE, T. Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack – contribuições para a agenda política. **Ciência & Saúde Coletiva**. 20 (4): 1047-1062, 2015. [Fecha de consulta: 6 de diciembre de 2017]. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63037095009>.

RESK, F. Homem que ajudava a recolher viciados é morto na Cracolândia. **Estadão**, São Paulo, 09 maio 2017. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,corpo-com-maos-amarradas-e-encontrado-na-cracolandia,70001769756>. Acesso em: 30 10 2017.

RIBEIRO, B.; CASTRO, L. M. de. Em ação surpresa, Polícia Civil reprime com bombas dependentes na Cracolândia. **Estadão**, São Paulo, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-acao-surpresa-policia-civil-reprime-com-bombas-dependentes-na-cracolandia,1121973>. Acesso em: 29 09 2017.

RIZEK, C. S. Limites e limiares/corpo e experiência. **Contraponto**, 2010.

RUI, T. C. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 335f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SILVA, David Esmael Marques da; SOUZA, Leticia Canonico de; MELO, Natália Máximo e. Internação para usuários de Crack: Um campo de disputa em construção. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 46 - 65, out. 2014. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62830>>. Acesso em: 05 Dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v5n8.2014.62830>.

SILVA JUNIOR, Fernando José Guedes da; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. Os significados da morte e do morrer: a perspectiva de usuários de crack. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 378-383, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000200022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 12 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692012000200022>.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da. **Deve ser permitida a internação compulsória de viciados em crack?** Disponível em: <http://coletivodar.org/2011/06/deve-ser-permitida-a-internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack/> Acesso em 26 de junho de 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

TERRA. Programa reduz em 80% número de usuários na Cracolândia. **Terra**, São Paulo, 19 jan. 2015. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/programa-reduz-em-80-numero-de-usuarios-na-cracolandia_a73ea1a19c30b410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html. Acesso em: 25 08 2017.

UOL. Ex-usuário conta como se livrou do crack após 25 internações. **UOL Notícias**. São Paulo, 12 dez. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/12/12/ex-dependente-conta-como-se-livrou-do-crack-apos-25-internacoes.htm>. Acesso em: 29 09 2017.

VARGAS, Eduardo Viana. "Uso de drogas: a alteração como evento." **Revista de Antropologia** 49, no. 2 (2006): 581-623.

Sobre os autores:

Ygor Delgado Alves é Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Email: antropologiaygor@yahoo.com.br.

Pedro Paulo Gomes Pereira é Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Email: pedropaulopereira@hotmail.com